



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

Processo nº 10680/006.972/90-16

MFCT

Sessão de 05 de dezembro de 1991

ACORDÃO Nº 101-82.523

Recurso nº: 63.937 - FINSOCIAL - EXS: DE 1986 a 1988

Recorrente: POLIENCO-ENGENHARIA POLI CONSTRUTIVA S/A

Recorrida : DRF em BELO HORIZONTE - MG

FINSOCIAL - PROCEDIMENTO DECORRENTE.

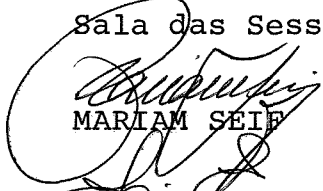
Em virtude da estreita relação de causa e efeito entre o lançamento principal e o decorrente, parcialmente provida a irresignação da contribuinte quanto ao primeiro, e não sendo argüida matéria nova no processo alusivo ao segundo, igual decisão se impõe quanto à lide reflexa.

Recurso a que se nega provimento.

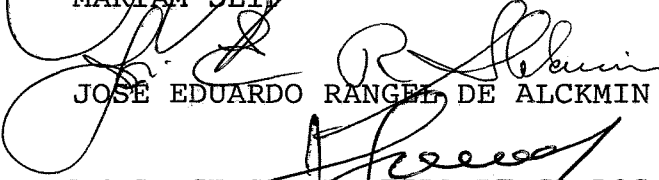
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por POLIENCO-ENGENHARIA POLI CONSTRUTIVA S/A.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões-DF., em 05 de dezembro de 1991


MARIAM SEIF

- PRESIDENTE


JOSE EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN - RELATOR

VISTO EM SESSÃO DE: AFONSO CELSO FERREIRA DE CAMPOS - PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

26 MAR 1993

V.V.

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros
CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES, FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA, CRISTÓVÃO A
CHIETA DE PAIVA, CELSO ALVES FEITOSA, RAUL PIMENTEL e CÂNDIDO RODRIGUE
NEUBER.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROCESSO Nº 10680/006.972/90-16

RECURSO Nº: 63.937

ACORDÃO Nº: 101-82.523

RECORRENTE: POLIENCO-ENGENHARIA POLI CONSTRUTIVA S/A

R E L A T Ó R I O

A contribuinte supra identificada recorre a este Conselho, da decisão da autoridade julgadora de primeiro grau, que julgou procedente a exigência fiscal formalizada no Auto de Infração de fls. 01/06.

Trata-se de tributação reflexa de outro processo instaurado contra a mesma contribuinte, na área do imposto de renda - pessoa jurídica, protocolizado na repartição local sob o nº 10680/006.974/90-41.

Nestes autos cogita-se da cobrança da contribuição para o Finsocial, consoante estabelecido no artigo 1º, § 2º do DL 1940/82, art. 2º, § único do Recofis (aprovado pelo Dec. 92.698/86) e ADN CST nº 04/89.

Mantida parcialmente a tributação no processo matriz em 1ª instância, igual sorte coube a este litígio naquele grau de jurisdição, conforme decisão de fls. 63/64, assim ementada:

"FINSOCIAL - IR DEVIDO

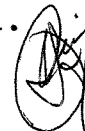
Nos termos do DL nº 1940/82 serão calculados 5% (cinco por cento) do imposto devido, para recolhimento ao Fundo de Investimento Social-FINSOCIAL."

Acórdão nº 101-82.523

Dessa decisão a contribuinte foi cientificada em 16.01.91, e, inconformada, ingressou em 06.02.91, com o recurso voluntário de fls. 68/75.

Como razões do recurso, a contribuinte se reporta aos fundamentos apresentados no processo principal.

É o relatório.



Acórdão nº 101-82.523

V O T O

Conselheiro JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN, Relator.

O recurso foi interposto com guarda do prazo de trinta dias estabelecido pelo art. 33 do Decreto nº 70.235/72, e com observância dos demais requisitos processuais, razão por que dele tomo conhecimento.

No mérito, trata-se de processo decorrente, tendo este Colegiado, apreciando o processo principal, resolvido manter a decisão de primeiro grau, entendendo não proceder a irresignação da contribuinte.

É cediço de que no caso de lançamento dito reflexivo há estreita relação de causa e efeito entre o lançamento principal e o lançamento decorrente. Com efeito, ambas as exigências repousam em um mesmo embasamento fático, de modo que, entendendo-se verdadeiros ou falsos os fatos alegados, tal exame enseja decisões homogêneas em relação a cada um dos lançamentos.

Assim, o exame feito em um dos processos atinentes a lançamento ensejado pelo mesmo suporte fático, serve também para os demais. Não quer isso dizer que a decisão de um vincula a de outro. No entanto, não havendo processo decorrente nenhum elemento novo que seja apto a alterar a convicção do julgador, por questão de coerência lógica, a decisão deve ser tomada em igual sentido.

Como salientado, no presente caso observa-se que este mesmo Colegiado, apreciando os fatos ensejadores do lançamento principal, concluiu, no respectivo processo, que o inconformismo da recorrente quanto à exigência do imposto de renda da pessoa jurídica não tinha procedência.

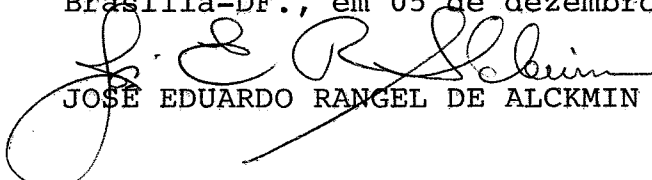
Ora, sendo assim, e tendo em vista que não se apresenta nestes autos qualquer elemento novo capaz de alterar o entendimento anteriormente fixado, impõe-se que decisão consentânea seja adotada.



Acórdão nº 101-82.523

Em face de tais considerações, nego provimento ao recurso.

Brasília-DF., em 05 de dezembro de 1991


JOSE EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN - RELATOR 